Revista Tecnologia
Universidade de Fortaleza
e-ISSN: 2318-0730
10.5020/23180730.2026.17021

Uso de tecnologias na alfabetização da EJA

Use of technologies in YAE literacy

Uso de tecnologías en la alfabetización EJA

Thaís Prates de Freitas
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
tpfthais@gmail.com

Maria Clara Oceli Correa
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
mcoceli@ufmg.br

Chrisley Soares Felix
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
chrisleysoares@fae.ufmg.br

Resumo

O presente artigo discute o uso das tecnologias digitais no processo de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), refletindo sobre sua importância para a inclusão social, para o letramento digital e para a formação cidadã. A pesquisa aborda o contexto histórico da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, as desigualdades relacionadas ao acesso às tecnologias e o papel da escola na promoção de práticas pedagógicas mais significativas e conectadas à realidade dos estudantes. Além disso, discute-se como redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas digitais podem contribuir para o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade e da participação social dos educandos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de livros, de artigos científicos e de documentos oficiais relacionados à alfabetização, ao letramento, à EJA e às tecnologias educacionais. Conclui-se que o uso crítico e consciente das tecnologias digitais pode favorecer a aprendizagem, a autonomia e a inclusão dos estudantes da EJA na sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; alfabetização; tecnologia; letramento digital; inclusão digital; cidadania.

Abstract

This article discusses the use of digital technologies in the literacy process of Youth and Adult Education - YAE, reflecting on their importance for social inclusion, digital literacy and citizenship formation. The research addresses the historical context of youth and adult literacy in Brazil, the inequalities related to access to technologies and the role of the school in promoting more meaningful pedagogical practices that are connected to the students' reality. In addition, it is discussed how social networks, messaging apps and digital platforms can contribute to the development of reading, writing, orality and social participation of students. It is a bibliographic research, carried out from books, scientific articles and official documents related to decoding, encoding, YAE and educational technologies. It is concluded that the critical and conscious use of digital technologies can favor the learning, autonomy and inclusion of YAE students in contemporary society.

Keywords: *Youth and Adult Education; literacy, digital literacy; digital inclusion; citizenship.*

Resumen

Este artículo analiza el uso de las tecnologías digitales en el proceso de alfabetización de la Educación Juvenil y de Adultos - EJA, reflexionando sobre su importancia para la inclusión social, la alfabetización digital y la formación de la ciudadanía. La investigación aborda el contexto histórico de la alfabetización juvenil y de adultos en Brasil, las desigualdades relacionadas con el acceso a las tecnologías y el papel de la escuela en la promoción de prácticas pedagógicas más significativas relacionadas con la realidad de los estudiantes. Además, analiza cómo las redes sociales, las aplicaciones de mensajería y las plataformas digitales pueden contribuir al desarrollo de la lectura, la escritura, la oralidad y la participación social de los estudiantes. Es una investigación bibliográfica, compuesta por libros, artículos científicos y documentos oficiales relacionados con la alfabetización, alfabetización, EJA y tecnologías educativas. Se concluye que el uso crítico y consciente de las tecnologías digitales puede favorecer a la aprendizaje, autonomía e inclusión de los estudiantes de EJA en la sociedad contemporánea.

Palabras clave: *Educación para Jóvenes y Adultos; alfabetización; tecnología; alfabetización digital; inclusión digital; ciudadanía.*

CC BY NC

1 Introdução

Vivemos em uma sociedade em que as tecnologias digitais estão presentes em diversos processos do cotidiano, entre eles, o acesso e a transmissão de informações, as relações sociais, profissionais, afetivas e educacionais. Nesse contexto, percebe-se que os indivíduos que não dominam o manejo de aparelhos tecnológicos são excluídos de importantes espaços de participação social.

Os mais jovens, que nasceram em um contexto marcado pela presença das tecnologias digitais, geralmente possuem maior familiaridade com dispositivos eletrônicos e com a navegação nas redes, especialmente por terem tido contato com esses recursos na escola e em outros ambientes sociais desde cedo. Em contrapartida, as pessoas mais velhas, indivíduos em situação de vulnerabilidade social e sujeitos que não iniciaram ou concluíram a educação básica na idade considerada ideal podem apresentar maiores dificuldades no acesso e no uso dessas tecnologias.

Grande parte desses sujeitos compõe o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade que atende indivíduos com trajetórias escolares interrompidas ou marcadas por desigualdades sociais e educacionais. Nesse sentido, a escola pode desempenhar um papel fundamental ao possibilitar o contato desses estudantes com as tecnologias digitais, promovendo não apenas a participação em redes e meios de comunicação, mas também a inclusão social e o acesso à informação e ao conhecimento.

Diante disso, propomos refletir sobre o uso das tecnologias como ferramentas capazes de auxiliar no processo de alfabetização de jovens e adultos, considerando suas potencialidades no desenvolvimento da aprendizagem e na ampliação das possibilidades de participação social dos estudantes da EJA.

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada, principalmente, nas contribuições teóricas de Paulo Freire (1981, 1987, 1996), Magda Soares (1998; 2021), Pierre Lévy (1999), Miguel Arroyo (2017), Carla Viana Coscarelli e de Ana Elisa Ribeiro (2011), entre outros autores que discutem alfabetização, letramento digital e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O estudo está organizado em quatro momentos principais. Inicialmente, na Introdução, apresenta-se a discussão teórica acerca das tecnologias digitais, da alfabetização e do letramento digital, com base em autores que discutem a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Posteriormente, no tópico “Contexto Histórico da Alfabetização de Jovens e Adultos”, discutem-se as desigualdades educacionais e os processos históricos relacionados à alfabetização no Brasil. Em seguida, o tópico “Tecnologias Digitais, Alfabetização e Formação Cidadã” analisa as contribuições das tecnologias e das redes sociais para o desenvolvimento da leitura, da escrita e da participação social dos estudantes da EJA. Depois, na seção “Inclusão Digital no Ambiente Escolar”, são abordados os desafios relacionados ao acesso às tecnologias, à infraestrutura escolar e à formação docente. Por fim, apresentam-se as Considerações Finais, retomando as principais discussões e reflexões desenvolvidas ao longo do artigo.

2 Fundamentação Teórica

O conceito de alfabetização adotado neste trabalho baseia-se nas contribuições de Soares (1998), que compreende a alfabetização como um processo articulado ao letramento e às práticas sociais de leitura e escrita. Da mesma forma, o letramento digital refere-se à capacidade de utilizar as tecnologias de maneira crítica e significativa, envolvendo práticas sociais mediadas pelas tecnologias digitais (Coscarelli; Ribeiro, 2011). Há, ainda, os conceitos de Street (2014), entre eles, as Práticas de Letramento e os Eventos de Letramento. O primeiro refere-se a uma análise mais aprofundada de práticas sociais que abrangem a leitura e escrita, considerando também determinado grupo social; o segundo aborda situações em que as pessoas utilizam a leitura e a escrita em diferentes formas, espaços e funções.

Nesse contexto, as contribuições de Freire (1981) são fundamentais para compreender a alfabetização como prática social e emancipadora. Freire aponta que a leitura da palavra está relacionada à leitura do mundo, e a educação é capaz de promover conscientização, autonomia e transformação social. Dessa forma, integrar as tecnologias digitais ao processo de alfabetização de jovens e adultos significa também reconhecer o direito desses sujeitos à inclusão digital e à participação plena na sociedade contemporânea.

Além disso, o termo tecnologia é compreendido, nesta pesquisa, como construções produzidas historicamente pela sociedade, para atender às necessidades humanas e possibilitar formas de intervenção no meio social, de acordo com as concepções de Araújo e Coelho (2021). Assim, as tecnologias não se restringem aos aparelhos digitais, pois envolvem também conhecimentos, técnicas e instrumentos desenvolvidos ao longo do tempo. Na contemporaneidade, as tecnologias digitais ocupam papel central nas relações sociais, educacionais e culturais. Conforme discute Lévy (1999), em *Cibercultura*, a expansão do meio digital transformou as formas de comunicação, de produção de conhecimento e de participação social.

3 Contexto Histórico da Educação de Jovens e Adultos

O primeiro censo nacional realizado no Brasil, em 1872, apontou que cerca de 80% da população brasileira era analfabeta. A partir desse dado, o analfabetismo passou a ser associado ao atraso econômico, político e social do país. Dessa forma, os sujeitos analfabetos eram frequentemente vistos como incapazes, ignorantes e responsáveis pelo subdesenvolvimento nacional (Galvão; Soares, 2007). Essa associação entre analfabetismo e incapacidade contribuiu para a exclusão social e política desses indivíduos, o que reforçava ainda mais sua invisibilidade social e a ausência de representatividade política.

Sendo assim, buscou-se excluir os sujeitos que não sabiam ler e escrever ou sem instrução formal dos espaços, utilizando-se, para tanto, até a legislação. Em 1881, foi promulgada a Lei Saraiva, a qual introduziu critérios mais severos para a participação eleitoral tanto como candidato quanto como votante. Segundo o Glossário Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), era necessário ter uma renda mínima superior a R$ 200,00 (duzentos reais), o que era um valor considerável para a época, e saber assinar o próprio nome em listas eleitorais. Diante disso, pessoas analfabetas não podiam votar, já que não sabiam assinar.

Dessa forma, percebendo a urgência da situação, no início do século XX, o governo passou a incentivar diversas campanhas e mobilizações voltadas para a alfabetização de adultos, muitas delas carregadas por discursos higienistas e moralizadores (Galvão; Soares, 2007). Além disso, tais campanhas educativas difundidas ao longo do século XX, frequentemente, tratavam o analfabetismo como um problema individual, desconsiderando as desigualdades sociais e a ausência de acesso à educação pública de qualidade. Exemplos disso podem ser observados em campanhas como “Adote um analfabeto” e “Faça a sua parte: se você sabe ler e escrever, ensine um analfabeto”. Portanto, reforçou-se uma visão assistencialista e estigmatizada desses sujeitos e, ainda, banalizou-se a posição dos educadores, já que o requisito necessário para ocupar a posição de ensinar seria saber ler e escrever (Galvão; Soares, 2007).

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) consolidou-se, historicamente, como uma modalidade voltada à reparação de direitos educacionais negados ao longo da vida. Entretanto, conforme apontam Freitas e Biccas (2009) e Joaquim e Pesce (2016), a EJA foi marcada por uma perspectiva compensatória, compreendida apenas como reposição da escolarização não concluída na infância e na adolescência. Essa visão contribuiu para a infantilização dos estudantes jovens, adultos e idosos, ignorando suas trajetórias, experiências de vida e conhecimentos construídos socialmente.

Freire (1981) rompe com essa lógica ao compreender a alfabetização como prática social e política, articulada à conscientização e à transformação da realidade. Para o autor, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, assim, os processos de alfabetização devem considerar os saberes, as vivências e a realidade concreta dos educandos. Assim, alfabetizar jovens e adultos não significa apenas ensinar códigos linguísticos, mas também possibilitar participação social, autonomia e exercício da cidadania.

Na contemporaneidade, observa-se a persistência de discursos assistencialistas e com visão infantilizada da EJA, contudo, as discussões sobre inclusão social e direito à educação, especialmente nas redes sociais, têm mudado esse ponto de vista. Nessa perspectiva, o avanço das tecnologias e das redes sociais ampliou o acesso à informação e favoreceu novas formas de participação social, de comunicação e de produção de conhecimento. Assim, incorpora-se também o debate sobre inclusão digital nessa modalidade educacional, tendo em vista que muitos estudantes da EJA ainda enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso às tecnologias digitais e ao letramento digital.

Alguns exemplos são as urnas digitais, os bancos sem agência física, o uso do *e-mail* e de outras plataformas para a comunicação em ambientes de trabalho, entre outros. Caso essas temáticas não sejam

trabalhadas na educação, muitas vezes, esses sujeitos não irão conseguir se inserir no contexto digital, ou seja, nesse novo espaço social de ser cidadão.

Além disso, essa situação evidencia-se em contextos marcados pela desigualdade social, em que os indivíduos não possuem acesso a aparelhos eletrônicos, por questões financeiras ou pelo próprio fato de não saber utilizá-los. Isso pode ocorrer com idosos, os quais podem se tornar vítimas, até mesmo, de familiares que os colocam nessa situação de controle e dependência, uma vez que podem se tornar responsáveis, por exemplo, pelas transações bancárias desses sujeitos (Eiterer; Lima, 2018).

Nesse sentido, a compreensão do contexto histórico da EJA torna-se fundamental para analisar como as desigualdades educacionais permanecem presentes na sociedade brasileira, agora também relacionadas ao acesso às tecnologias digitais. Em suma, pensar a alfabetização na contemporaneidade implica reconhecer não apenas o direito à leitura e à escrita, mas também o direito à inclusão digital e à participação crítica na cultura digital contemporânea.

4 Tecnologias Digitais, Alfabetização e Formação Cidadã

As redes sociais, compreendidas como espaços de acesso, de produção e de compartilhamento de informações, têm assumido um papel significativo nos processos de socialização contemporâneos. Além de possibilitarem a comunicação entre indivíduos de diferentes contextos sociais, esses ambientes digitais contribuem para a formação de cidadãos mais participativos nas diversas esferas da sociedade, especialmente nos campos político, cultural e educacional.

Nesse contexto, surgem indivíduos mais reflexivos e conscientes acerca das múltiplas formas de produção de conhecimento, os quais reconhecem que os saberes não se restringem apenas aos espaços institucionalizados. As experiências culturais, sociais e digitais também produzem conhecimentos relevantes para a formação humana e para a participação social dos indivíduos. Conforme aponta Arroyo (2017), a educação deve considerar os sujeitos em suas vivências, trajetórias e realidades, garantindo o direito ao conhecimento e à participação social.

Assim, a educação pode se articular ao meio digital como estratégia para potencializar os processos de ensino e aprendizagem, especialmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O uso das tecnologias e das redes sociais no ambiente escolar possibilita maior aproximação entre os conteúdos trabalhados e a realidade vivida pelos estudantes, além de favorecer o desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da participação ativa na sociedade.

Ao produzir comentários, compartilhar informações, interpretar notícias, criar publicações e interagir em ambientes digitais, os estudantes exercitam práticas sociais da linguagem de maneira contextualizada e significativa. Nesse processo, as redes sociais deixam de ser apenas espaços de entretenimento e passam a atuar também como ambientes de aprendizagem, de comunicação e de participação social. Efetivamente, a circulação constante de textos, imagens, vídeos, áudios e diferentes formas de linguagem favorece o contato dos estudantes com múltiplos gêneros discursivos presentes na cultura digital contemporânea.

Segundo Street (2014), as práticas de letramento são construídas nas relações culturais e nos diferentes contextos de uso da leitura e da escrita. Dessa forma, não existe apenas um único letramento, mas múltiplas formas de interação com a linguagem, vinculadas às experiências e às necessidades dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, o uso das tecnologias digitais na EJA pode contribuir para o desenvolvimento do letramento digital, entendido como a capacidade de compreender, interpretar, produzir e compartilhar informações de maneira crítica nos ambientes digitais. (Coscarelli; Ribeiro, 2011). Consequentemente, o contato constante com diferentes gêneros discursivos digitais favorece a compreensão de que a linguagem se adapta aos contextos, aos objetivos comunicativos e aos públicos envolvidos, permitindo que os estudantes percebam a escrita tanto como uma atividade escolar quanto como uma prática social presente em diferentes espaços da vida cotidiana.

As autoras destacam ainda que o letramento digital não se restringe ao domínio técnico dos recursos tecnológicos, pois envolve também a capacidade de utilizar criticamente as informações disponíveis nos ambientes digitais, selecionar conteúdos relevantes, avaliar a confiabilidade das fontes e participar de forma ativa nos processos de comunicação e produção de conhecimento. Nesse sentido, as tecnologias ampliam

as possibilidades de leitura, de escrita e de interação social, inserindo os estudantes da EJA na cultura digital contemporânea.

A partir dessas discussões, Rojo (2013) expande a compreensão do letramento ao propor o conceito de multiletramentos, que considera a diversidade cultural dos sujeitos e a multiplicidade de linguagens presentes na sociedade contemporânea. Nesse cenário, textos escritos convivem com imagens, vídeos, áudios, *hiperlinks* e diferentes formas de comunicação digital, exigindo dos indivíduos novas competências de leitura, de interpretação e de produção de sentidos.

Além das contribuições relacionadas à participação social e ao letramento digital, as tecnologias podem auxiliar diretamente no desenvolvimento da linguagem escrita durante o processo de alfabetização. O desenvolvimento da escrita ocorre de maneira gradual, passando pelos diferentes níveis da psicogênese da escrita[1], entre eles, os níveis silábico sem valor sonoro, silábico com valor sonoro, silábico-alfabético, alfabético e ortográfico, a partir dos estudos de Ferreiro e Teberosky (1985). Esses níveis representam a progressão da compreensão sobre o funcionamento do sistema de escrita, permitindo que o estudante desenvolva maior autonomia na leitura e na produção textual.

Nessa lógica, as tecnologias digitais e as redes sociais podem atuar como importantes ferramentas no processo de alfabetização, especialmente na EJA, por proporcionarem situações reais e significativas de uso da linguagem. Plataformas como *WhatsApp*, *Instagram*, *TikTok*, *X*, *Google* e *YouTube* possibilitam diferentes práticas de leitura, escrita, oralidade e interpretação, favorecendo o desenvolvimento de habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) relacionadas à alfabetização e ao letramento digital. Segundo Soares (1998), a alfabetização deve estar articulada às práticas sociais de leitura e de escrita, ultrapassando a simples decodificação das palavras. Assim, o uso dessas plataformas permite reconhecer letras e sinais de pontuação, identificar gêneros textuais digitais, desenvolver a escrita espontânea e compreender diferenças entre as linguagens formal e informal.

Desse modo, a utilização das redes sociais no contexto educacional pode contribuir para tornar o processo de alfabetização mais dinâmico e próximo da realidade dos estudantes da EJA. Ao integrar práticas digitais ao ensino, a escola amplia a participação social dos alunos e favorece a formação de sujeitos mais autônomos, críticos e inseridos na cultura digital contemporânea.

5 Inclusão Digital no Ambiente Escolar

O ato de compreender a realidade escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fundamental para analisar a importância do letramento digital e perceber como o acesso às tecnologias ainda ocorre de maneira desigual dentro das escolas. A EJA é composta por sujeitos com trajetórias marcadas por diferentes experiências sociais, culturais e educacionais. Muitos estudantes retornam à escola após longos períodos afastados do ambiente escolar, em decorrência, muitas vezes, da necessidade de trabalhar, das desigualdades sociais, da exclusão educacional e das dificuldades de acesso ao ensino regular.

Além disso, trata-se de um público extremamente diverso, formado por jovens, adultos e idosos que carregam conhecimentos construídos ao longo da vida. Muitos estudantes frequentam a escola após jornadas exaustivas de trabalho, realidade que influencia diretamente os processos de aprendizagem e o acesso às tecnologias digitais por parte deles.

Segundo Freire (1987), a educação deve partir da realidade concreta dos educandos, valorizando seus saberes e experiências. Nessa perspectiva, pensar a inclusão digital na EJA exige compreender as necessidades, dificuldades e potencialidades presentes no cotidiano desses sujeitos. Portanto, o acesso às tecnologias não pode ser entendido apenas como domínio técnico de aparelhos eletrônicos, mas também como possibilidade de participação social, de acesso à informação e de exercício da cidadania.

Embora a sociedade contemporânea esteja profundamente marcada pelas tecnologias digitais e pelas transformações da cibercultura (Lévy, 1999), muitas escolas ainda enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura tecnológica, especialmente no ensino noturno. Em diversas instituições, os laboratórios de

[1] O nível inicial seria pré-silábico quando se trata da alfabetização de crianças, contudo, o nível não é apropriado para o contexto de jovens e adultos pelo fato de, por conta das vivências, eles conseguirem diferenciar a escrita de outras formas de representação de ideias (Souza; De Paula; Pacheco, 2022)

informática encontram-se desatualizados, com número insuficiente de computadores, acesso limitado à internet e ausência de manutenção adequada dos equipamentos. Além disso, faltam profissionais de suporte técnico e investimentos em formação docente voltada ao uso pedagógico das tecnologias.

Essa realidade demonstra que a inclusão digital não depende apenas da presença de computadores ou de celulares na escola. Gonzatti e Reginatto (2019) reiteram essa compreensão quando destacam que a inclusão digital não consiste somente em oferecer equipamentos tecnológicos aos estudantes, mas também em possibilitar práticas educativas que promovam o uso crítico, consciente e significativo das tecnologias. Da mesma forma, a inclusão digital deve favorecer a apropriação das tecnologias de maneira reflexiva, permitindo que os sujeitos compreendam quando, como e para que utilizá-las (De Luca, 2004).

Nesse contexto, o papel do professor torna-se fundamental, pois as tecnologias, por si só, não transformam a educação. É necessário que os docentes atuem como mediadores do conhecimento, promovendo práticas pedagógicas que integrem alfabetização, letramento digital e participação social. Além da infraestrutura tecnológica, a formação continuada dos professores também se torna essencial para a inclusão digital no ambiente escolar. Muitos docentes ainda enfrentam dificuldades relacionadas ao uso pedagógico das tecnologias digitais, o que evidencia a necessidade de investimentos em formação tecnológica e em práticas educativas voltadas ao letramento digital.

Segundo Araújo e Coelho (2021), o uso das tecnologias na EJA deve aproximar o ensino da realidade dos estudantes, tornando a aprendizagem mais significativa, participativa e contextualizada. Arroyo (2017) também destaca que os sujeitos da EJA possuem trajetórias marcadas por desigualdades e exclusões históricas, sendo necessário que a escola reconheça suas vivências e construa práticas pedagógicas conectadas à realidade desses estudantes.

Além disso, as tecnologias digitais podem contribuir para o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade e da interpretação crítica, especialmente quando associadas a práticas sociais reais. Plataformas digitais, aplicativos de mensagens, vídeos educativos e ferramentas como *Wordwall*, *Baamboozle* e Mundo da Digitação, por exemplo, apresentam atividades interativas voltadas ao desenvolvimento da alfabetização e do letramento digital. Quando utilizados de forma planejada e contextualizada, esses recursos podem tornar a aprendizagem mais dinâmica, participativa e próxima da realidade dos estudantes.

Conforme Coscarelli e Ribeiro (2011), o letramento digital envolve práticas sociais mediadas pelas tecnologias, nas quais os sujeitos interpretam, produzem e compartilham informações em diferentes linguagens e formatos. Portanto, o uso das tecnologias na EJA favorece a participação social e a formação de sujeitos mais autônomos, críticos e inseridos na cultura digital contemporânea.

Entretanto, ainda persistem desafios relacionados à desigualdade de acesso à internet, às limitações econômicas dos estudantes e à precarização estrutural em muitas escolas públicas. Somado a isso, o uso não crítico das tecnologias pode favorecer a circulação de desinformação e dificultar processos de reflexão mais aprofundados, evidenciando a importância da mediação pedagógica no ambiente escolar.

Dessa forma, promover a inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA) significa garantir não apenas acesso às tecnologias, mas também condições para que os estudantes utilizem esses recursos de maneira crítica, autônoma e participativa. A exclusão digital, na contemporaneidade, também representa uma forma de exclusão social. Assim, a escola assume um papel essencial na formação de sujeitos capazes de atuar de maneira consciente na sociedade atual e na cultura digital.

6 Considerações Finais

Conclui-se que o uso das tecnologias digitais pode contribuir para os processos de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente quando associados a práticas pedagógicas contextualizadas e voltados à realidade dos estudantes. Mais do que recursos tecnológicos, essas ferramentas podem favorecer a inclusão social, o acesso à informação e a expansão das possibilidades de participação na sociedade contemporânea.

Ao longo do estudo, observou-se que a alfabetização na EJA não se limita ao ensino da leitura e da escrita, mas envolve também práticas sociais relacionadas ao letramento digital e à formação cidadã. Nesse

sentido, as tecnologias digitais podem aproximar os processos educativos do cotidiano dos estudantes, tornando a aprendizagem mais significativa, dinâmica e participativa.

Entretanto, ainda existem desafios quanto à desigualdade de acesso às tecnologias, às limitações estruturais das escolas públicas e à necessidade de formação docente voltada ao uso pedagógico dos recursos digitais. De modo geral, a inclusão digital não depende apenas da disponibilização de equipamentos, mas também de infraestrutura adequada, do acesso à internet e da mediação crítica por parte dos professores.

Assim, torna-se fundamental que a escola desenvolva práticas educativas capazes de integrar alfabetização, cultura digital e participação social, reconhecendo os estudantes da EJA como sujeitos de saberes, experiências e direitos. Promover a inclusão digital significa também ampliar oportunidades de autonomia, de comunicação e de acesso ao conhecimento, contribuindo para uma educação mais democrática e inclusiva.

Por fim, compreende-se que integrar tecnologias digitais à alfabetização da EJA pode fortalecer o processo educativo e enriquecer a participação crítica dos estudantes na cultura digital contemporânea.

Referências

ARAÚJO, Cláudia; COELHO, Lenir. **As Tecnologias na Educação de Jovens e Adultos**: contribuições para a prática educativa. Anápolis: IFG, 2021.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida mais justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAAMBOOZLE. Plataforma digital de jogos educativos interativos. **Baamboozle Inc**., [*s. l.*], [2026]. Disponível em: https://www.baamboozle.com. Acesso em: 23 maio 2026.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Lendo e escrevendo as palavras, lendo e escrevendo o mundo**: conhecimentos essenciais para a alfabetização de jovens e adultos na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Belo Horizonte: SMED, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DE LUCA, Cristina. O que é Inclusão Digital? *In*: CRUZ, Renato**. O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004. p. 9-10.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez Editora, 1981. p. 11-24.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. **História da alfabetização de adultos no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GONZATTI, Valeria; REGINATTO, Andrea. A experiência de alfabetização digital nas totalidades iniciais da modalidade EJA. **Revista Educação Artes e Inclusão**, [*s. l.*], v. 15, n. 2, p. 8–25, 2019.

JOAQUIM, Bruno; PESCE, Lucila. As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação nos Contextos da Educação de Jovens e Adultos: uma revisão de literatura (2007-2014). ***Olh@res***, [*s. l.*], v. 4, n. 1, p. 86-106, 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MUNDO DA DIGITAÇÃO. Plataforma de práticas de digitação e desenvolvimento da escrita digital. **Mundo da Digitação**, [*s. l.*], [2026]. Disponível em: https://www.mundodadigitacao.com.br**.** Acesso em: 23 maio 2026.

ROJO, Roxane (org.). **Escol@ conectada**: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2021.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros***.* Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, Maria José; DE PAULA, Elisângela; PACHECO, Thais. **Lendo e escrevendo as palavras, lendo e escrevendo o mundo**: leitura e alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte - SMED, 2022.

STREET, Brian. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

STREET, Brian. Os novos estudos do letramento: histórico e perspectivas. *In*: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (orgs.). **Cultura Escrita e Letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.33-53.

WORDWALL. Plataforma digital de atividades interativas educacionais. **Wordwall**. [*s. l.*], [2026]. Disponível em: https://wordwall.net**.** Acesso em: 23 maio 2026.

Sobre os Autores

Thaís Prates de Freitas
Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Maria Clara Oceli Correa
Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Chrisley Soares Felix
Doutora na área de Educação, na linha de Linguagens, Ensino Aprendizagem e Tecnologias, pelo CEFET-MG, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009), Especialista em Psicopedagogia pela UEMG (2009), Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Professora da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com experiência em Gestão Escolar e acompanhamento pedagógico.

Como citar:

FREITAS, Thaís Prates; CORREA, Maria Clara Oceli; FELIX, Chrisley Soares. O uso de tecnologias na alfabetização da EJA. **Rev. Tecnol.**, Fortaleza, v. 47, p. 1-8, 2026. DOI:https://doi.org/10.5020/23180730.2026.17021

Aceito em: 29/09/2026
Avaliado em: 27/10/2026